



## A CRIANÇA AUTISTA DE PERIFERIA E AS MÚLTIPLAS FACETAS DO LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ediclea Mascarenhas Fernandes<sup>1</sup>

Paola Roberta Cantalejo Andrade<sup>2</sup>

Este trabalho apresenta a fundamentação teórica de uma pesquisa em desenvolvimento sobre a criança autista vivenciando a educação infantil no contexto da escola pública de uma periferia na Cidade do Rio de Janeiro, problematizando que lugar teria o letramento no desenvolvimento de sua linguagem, compreensão e interação com o mundo. Sendo assim, aprofundaremos nesse ensaio teórico articulações sobre autismo, inclusão, legislação, autismo na periferia, desenvolvimento infantil e letramento, que embasam o contexto investigativo da pesquisa em questão.

O termo autismo foi utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra Ploller em 1906 para caracterizar pacientes com indícios de esquizofrenia, contudo Kanner em 1943 foi pioneiro em apresentar um estudo sobre crianças com psicose infantil e suas características ainda desconhecidas para a época. Kanner evidenciou crianças com comportamentos semelhantes a estereotípias, alterações de linguagem, ecolalia, rigidez do significado de palavras e inversão pronominal. (Silva, 2018 p. 20)

Atualmente, o autismo é entendido como um transtorno do neurodesenvolvimento, identificado em indivíduos que apresentam déficits persistentes no seu nível de comunicação, interação social e padrões repetitivos de comportamentos e interesses (Aires, 2023).

Ao tratar sobre a nova compreensão do autismo, os autores Bernier, Dawson e Nigg (2021) enfatizam que embora por décadas as pesquisas trataram esse transtorno como uma condição única, atualmente essa visão deu lugar a compreensão de que as crianças com autismo diferem tanto umas das outras que é inegável a necessidade de tratar cada caso individualmente.

---

<sup>1</sup> Professora Associada Uerj / Coordenadora do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva/ Docente do Programa de Educação Cultura e Comunicação/ FEBF / UERJ e do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Tecnologia e Inclusão da UFF

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Para os autores, “... o autismo ocorre ao longo de um espectro, um conceito que, em geral, é aceito por pesquisadores e clínicos.”, que utilizam um sistema comum para diagnosticar saúde mental e transtornos do desenvolvimento chamado de “Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM)”.

O manual acima citado orienta o diagnóstico de uma ampla gama de condições que afetam a saúde mental e o desenvolvimento, sendo atualmente publicado pela American Psychiatric Association (APA) em sua quinta edição disponibilizada em 2013. O DSM elenca os critérios que devem ser atendidos para tornar um diagnóstico válido, bem como os fatores que devem ser levados em consideração, dentre eles, os “... parâmetros para quais sintomas ou comportamentos devem estar presentes, por quanto tempo e quando tiveram início.” (Bernier, et al., 2021, p. 11), sempre considerando os prejuízos significativos no funcionamento social, vocacional ou educacional.

O DSM-5 apresenta a disfunção executiva com uma das características das pessoas com TEA, condição que pode levar a comprometimentos cognitivos, incluindo dificuldades na inibição de respostas, dificuldades de realizar planejamentos, atenção e flexibilidade cognitiva. Segundo Nascimento (2023), desenvolvimento das funções executivas iniciadas na infância onde as estruturas cerebrais responsáveis por essas funções vão se moldando com as vivências e experiências infantis, exercem grande influência nos processos de ensino-aprendizagem, sendo de grande relevância considerá-las.

O Artigo 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, defende a educação como um direito em todos os níveis de aprendizado e por toda a vida, devendo ser assegurados, em todos os níveis de ensino, um sistema educacional inclusivo, independente da deficiência (BRASIL, 2015).

A inclusão de crianças autistas ao longo dos últimos anos já é uma realidade para os profissionais de educação, contudo sua efetivação e garantia ao acesso de uma educação de qualidade acessível, vem fazendo com que os envolvidos repensem suas práticas, estratégias e metodologias, visando atender as necessidades educacionais específicas dos alunos e as legislações vigentes. Segundo Sampaio e Sampaio (2009), “é um campo que se encontra marcado por imperativos que devem ser analisados sob várias perspectivas, pois sua proposta inovadora pressupõe um remanejamento e uma reestruturação radicais na dinâmica da escola”.

No âmbito educacional, pesquisas sobre inclusão de alunos com TEA no Brasil elucidam uma realidade desafiadora sobre a promoção de uma educação inclusiva de qualidade.

Os indicativos de matrículas de crianças com autismo aumentam a cada dia, segundo os dados do Censo Escolar (2023) apresentadas pelo INEP (2024), as matrículas de alunos na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão, onde os alunos diagnosticados com TEA representam 35,9% do todo.

Olhando para o autista de periferia em foco na pesquisa, é importante considerar que de acordo com Milton Santos (2009), as desigualdades históricas e contemporâneas colocam em precariedade a “[...] existência de uma parcela importante (às vezes a maioria) da população [...]”, colocando-os em busca pelo futuro sonhado “[...] como carência a satisfazer - carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania.”

Gasper e Fernandes (2025), ao tratarem sobre a “periferia verdadeiramente periférica” denominada por Milton Santos como habitualmente uma região identificada pela violência e a carência de infraestrutura, consideram que “[...] os direitos das pessoas com deficiência são frequentemente afetados devido a precariedade dos equipamentos urbanos e pela insuficiência nos serviços de saúde, educação e cultura.” Para as autoras, ainda que amparada pelo sistema jurídico, a inclusão de pessoas com deficiência nas periferias precisa transpor para além da implementação de políticas públicas, propondo uma transformação estrutural e discursiva que valide as particularidades desses territórios.

A inclusão da criança autista de periferia é legal e precisa se tornar efetiva, neste enredo pesquisar práticas pedagógicas que façam a diferença na educação e desenvolvimento deste público é de grande relevância dada a alta demanda no cenário atual.

Sendo assim, a educação infantil de acordo com a BNCC (2018), é entendida como a primeira etapa da Educação Básica Brasileira, onde a criança amplia seu universo de experiências, conhecimentos e habilidades, pluralizando e consolidando novas aprendizagens. Apresentando uma concepção de criança como “[...] ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social [...]”

Dado o exposto acima, a criança autista tem no espaço educacional um ambiente de possibilidades de desenvolvimento, de aprendizagem e de direitos, encontrando no cotidiano da educação infantil relações educativas entre crianças-crianças-adultos, vividas através da

expressão, afeto, jogos, brincadeiras, linguagens, movimento corporal, fantasia, cuidados e projetos de estudos, em um espaço coletivo, respeitando-se as relações culturais, sociais e familiares. (Barbosa,2006)

Embora Vygotsky (1896-1934), importante pesquisador soviético do campo da educação e da psicologia, não tenha dedicado-se a estudar o autismo infantil e suas especificidades, sua extensa obra destaca a importância da interação social, da mediação adulta e a dinamicidade e a dialeticidade da relação entre o indivíduo e o meio mediada pelos signos, particularmente pela linguagem oral e escrita. (Vygotsky, 1989)

Suas pesquisas os levaram a compreender que:

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (Vygotsky, 1989, p. 33).

Vygotsky, em suas concepções sobre o funcionamento do cérebro humana baseia-se na ideia de que as funções psicológicas superiores são elaboradas ao longo da história social do homem, em sua relação com o mundo e mediadas pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente. Apoiando seus trabalhos na noção do cérebro como um sistema aberto e de grande plasticidade, moldado ao longo da história e do desenvolvimento individual. (La Taile; Oliveira; Dantas, 2016)

Nunes e Walter (2016) expõem que entre 5% e 10% das pessoas com TEA são identificados com habilidades de decodificação expressivamente maiores, essa condição denominada de hiperlexia apresenta marcadores de padrões restritos e compulsivos de leitura. Os autores enfatizam ainda, que este caso expõe a leitura sendo tratada como um “problema estatístico”, processando as regularidades entre letras e sons sem a intenção de dar significado as leituras realizadas.

Kjelgaard e Tager-Flusberg (2021, et al NUNES; WALTER (2016)), entendem que a linguagem deficitária interfere nas representações fonológicas armazenadas no léxico mental, impossibilitando o acesso ao significado dos vocábulos. Tal déficit impacta claramente na compreensão leitora, interferindo nas habilidades metacognitivas.

Nation (2013, et al Aires (2023)), elucida que crianças autistas podem apresentar dificuldades para inferir e deduzir conteúdos que estejam implícitos no texto, na atribuição de

estados mentais aos personagens, no monitoramento de conteúdos, na memorização, no engajamento de leitura e compreensão do sentido global das palavras de um texto.

O letramento passa a fazer grande sentido no contexto investigativo do universo infantil da criança autista. Entendendo que a noção de letramento está associada ao papel que a linguagem escrita tem na nossa sociedade e o quão letrado são os espaços frequentados pelas crianças.

Segundo Magda Soares (2012), etimologicamente, o termo Letramento vem da língua inglesa literacy, que provém do termo littera, do latim, significando “LETRA”. Letramento é a condição de quem assume conhecer e aprender o mundo letrado. Refere-se, portanto, a uma variedade de usos da leitura e da escrita nos mais diversos contextos sociais.

Letrar envolve mais que os processos de ler e escrever, é também entender o que se lê e se escreve, relacionando com o contexto social em que se está inserido. O letramento é um fenômeno de cunho social e salienta as características sócio-históricas da aquisição de um sistema de escrita por um grupo social.

Kleiman (2005) define o letramento como sendo um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos. De acordo com a autora, o letramento é complexo e abrange diversas capacidades e conhecimentos em relação à leitura de mundo, iniciados quando a pessoa vivencia práticas de letramento na interação social e no meio em que vive.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 117), a educação infantil, ao promover experiências significativas de aprendizagem da língua, por meio de um trabalho, com a linguagem oral e escrita, se constitui em um dos espaços de ampliação das capacidades de comunicação, expressão e de acesso ao mundo letrado, pelas crianças.

O letramento representa os diversos meios da prática social em que a escrita se faz presente, e, se pensarmos sobre essa perspectiva, de que as crianças vivem em uma sociedade letrada, percebemos que é quase impossível imaginar que durante muito tempo aprenderam decorando e formando palavras desconexas do contexto em que vivem. (LUIZATO, 2003, p.72.)

D’Espíndola (2010), defende que o letramento é cultural, por isso muitas crianças já vão para a escola com o conhecimento obtido de maneira informal, absorvido no cotidiano, fazendo com que o aprendizado deixe de ser automático e repetitivo, baseado na descontextualização.



Nesse cenário, o papel da educação infantil, não é se voltar para a alfabetização, mas o de promover o processo de leitura. Conforme Foucault (1994, p.31), o processo de leitura é anterior ao processo de alfabetização e necessita, desde os primeiros anos de vida, de contato com a linguagem escrita. A leitura concebe a escrita como a linguagem do pensamento, uma linguagem que permite passar de situações e conceitos, evoluir de operações intelectuais simples a operações complexas. Leiturizar, portanto, é o desenvolvimento e a manutenção do hábito prazeroso de leitura, fruto do interesse que esta suscita como desbravadora do novo.

Pensando nos contextos vivenciados pela criança autista com seus pares, o letramento passa a fazer grande sentido nos contextos investigativos mediados pelo educador. Entendendo que “... o letramento é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas, sociais de leitura e escrita.” (Soares, 2010), estando associado ao papel que a linguagem escrita tem na nossa sociedade e o quanto letrado são os espaços frequentados pelas crianças.

A pesquisa em questão ainda em fase de desenvolvimento evidenciada nesse ensaio teórico, segue propondo práticas letradas para a criança autista nos fazeres da educação infantil, colhendo dados significativos sobre o desenvolvimento de sua linguagem e analisando que impactos tais práticas podem acarretar, esperando contribuir no estudo do letramento de crianças autistas.



## REFERÊNCIAS

AIRES, M. T. **Práticas de compreensão de leitura em crianças com autismo: um estudo de revisão interativa**. 2023. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/20450/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Maria%20Gabriela%20Lopes%20Araujo%20Stone%20Aires%20-%202023%20-%20Completa.pdf>. Acesso em 21 abr. 2025.

BARBOSA, M.C.S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

BERNIER, R. A.; DAWSON, G.; NIGG, J. T. **O que a ciência nos diz sobre o transtorno do espectro autista**: Fazendo as escolhas certa para seu filho. Tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2021. 312 p.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 maio. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm). Acesso em: 11 maio. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 11 maio. 2025.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146**, promulgada em 06/07/2015. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC\SEF, 1998. v.1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: [Editora], 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>. Acesso em: 10 maio. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 9 dez. 2009.

D'ESPÍNDOLA, V. S. **Letramento Leitura e Escrita**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/letramento-leitura-e-escrita/18622>. Acesso em: 8 set. 2024.



FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1994.

FOUCAMBERT, J. **A criança, o professor e a leitura**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.

GASPAR, G. L. G. G.; FERNANDES, E. M. Desafios da inclusão escolar: epistemologias alternativas e a realidade periférica. *Revista Contribuições a las ciências Sociais*, São José dos Pinhais, v.18, n.5, p. 01-16, 2025.

KLEIMAN, A. B. **Preciso ensinar o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? Campinas, UNICAMP/MEC, 2005.

LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, O. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 2016.

NASCIMENTO, Ingrid Carla Aldicéia Oliveira. **Efeitos de um programa de formação docente sobre funções executivas em crianças com transtorno do espectro autista**. 2023. 154 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Educação Básica) – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/20413/2/Disserta%3%a7%3%a3o%20-%20Ingrid%20Carla%20Aldic%3%a9ia%20Oliveira%20do%20Nascimento%20-%202023%20-%20Completa.pdf> Acesso em: em 21 abr 2025.

NUNES, D.R.P.; WALTER, E. C. Processos de Leitura em educandos com autismo: um estudo de revisão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 4, p. 619-632, Out.-Dez., 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbee/a/GwGTF5VwzrfQSqbVWgYsNsc> Acesso em 20 abr 2025.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 47, set.-dez. 2013. <https://doi.org/10.5902/1984686X10178> Acesso em 24 ago 2024.

PAIVA, Francisco Jr. **Prevalência de autismo: 1 em 36 é o novo número do CDC nos EUA**. Canal do Autismo, 2023. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/prevalencia-de-autismo-1-em-36-e-o-novo-numero-do-cdc-nos-eua/#:~:text=No%20geral%2C%20a%20preval%3%AAncia%20de%20autismo%20nas,6%20registros%20sem%20informa%3%AA7%3%AA3o%20do%20sexo%20bio%3%B3gico>. Acesso em 24 ago 2024.

SAMPAIO, CT.; SAMPAIO, SMR. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009.



SANTOS, Milton. **O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 5o ed. São Paulo, 2009.

SILVA, S. P. N.. **PROLECA: Programa de Leitura e Comunicação para crianças com Autismo**. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/10778/1/Dissert\\_Stefhanny%20Paulimoneytrick%20Nascimento%20Silva.pdf](https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/10778/1/Dissert_Stefhanny%20Paulimoneytrick%20Nascimento%20Silva.pdf). Acesso em: 21 abr. 2025.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2015.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos**. Revista Pátio, n. 29, 2004. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07>>. Acesso em: 8 set. 2024.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01>. Acesso em: 8 set. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.